

"O movimento como um todo": ondas e crises¹

Colin Barker

Professor aposentado de Sociologia
Manchester Metropolitan University (Inglaterra)

¹ Tradução de Alvaro Bianchi.

“O movimento como um todo“: ondas e crises

Resumo: O artigo explora a contribuição do marxismo para pensar o papel político da classe trabalhadora nos conflitos contemporâneos, a partir da derrota que se sucedeu às “ondas de revoltas” dos anos 1970. Para isso, retoma a ideia marxiana de “movimento social em geral”, a partir da qual traça alguns padrões de desenvolvimento nas “ondas” de ascensão e queda que aparecem na história dos movimentos populares. Sob este prisma, investiga os protestos contemporâneos, que explodiram em diversos países a partir do final do século XX, contrariando as teorias que afirmam seu caráter isolado e independente.

Palavras-chave: 1. Protestos. 2. Movimentos sociais. 3. Marxismo.

“The movement as a whole” : waves and crises

Abstract: The article explores the contribution of Marxism to think the political role of the working class in the contemporaneous conflicts, since the defeat that occurred after the "waves of revolt" of the years 1970. For this, it resumes the Marxian idea of a “general social movement”, based on which it delineates some patterns of development in the “waves” of ascension and fall that appear in the history of the popular movements. Under this approach, it investigates the contemporaneous protests that erupted in several countries since the end of the 20th century, contrarily to the theories that affirm their isolated and independent character.

Keywords: 1. Protests. 2. Social movements. 3. Marxism.

Neste artigo procurarei explorar alguns temas sobre o desenvolvimento dos movimentos sociais nas últimas décadas. Trabalharei com algumas afirmações centrais:

1. Contrariamente a um ideia muito difundida, que foi particularmente corrente duas décadas atrás, o papel político da classe trabalhadora não “acabou”. Em vez disso, depois de uma série de derrotas cujas origens remontam ao fim da última “onda de revoltas” nos anos 1970, a classe trabalhadora, internacionalmente, tem realizado e ampliado uma série de processos de “recomposição” estrutural e política (Barker; Dale, 1998). Suas novas potencialidades ainda precisam ser testadas.
2. Em vez de falar sobre “movimentos”, no plural, podemos de maneira útil emprestar uma frase de Karl Marx: “o movimento social em geral”. Ao fazer uso desta entidade complexa, questões interessantes emergem a respeito de seus possíveis padrões de desenvolvimento.
3. Um desses padrões de desenvolvimento é revelado nas “ondas” de ascensão e queda que aparecem na história dos movimentos populares.

|

Os movimentos sociais tem sido frequentemente definidos como entidades múltiplas e relativamente isoladas: o “movimento sindical”, o “movimento das mulheres”, o “movimento de gays e lésbicas”, o “movimento pacifista”, etc. Este modo de pensar os movimentos como relativamente “fatiados” frequentemente

vem junto com uma política fatiada, focalizada na obtenção de reformas parciais específicas. Um exemplo – de uma literatura extensa – é fornecido pela influente obra de Doug Mc Adam, *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970* (MC ADAM, 1999). O estudo de Mc Adam focaliza-se, quase exclusivamente, na “insurgência negra” nos Estados Unidos, dando pouca atenção para o desenvolvimento de relações entre a ascensão e o declínio do luta pelos Direitos Civis e as trajetórias de outras lutas no mesmo período – estudantes, mulheres, contra a guerra, nas fábricas, etc. Todas essas lutas experimentaram padrões similares de ascensão e queda, desenvolvimento e desintegração parcial, expansão e retração. A exploração dos vínculos significativos entre esses “movimentos” aparentemente diferentes poderia iluminar as características partilhadas.

Em um artigo de 1995, Mc Adam ofereceu uma crítica implícita de sua obra anterior. Ele sugeriu que esses movimentos ocorrem em “família” cujos “ciclos de desenvolvimento” sugerem que movimentos aparentemente diferentes não podem ser considerados separadamente um dos outros (Mc Adam, 1995). Uma “família de movimentos” envolve movimentos “iniciadores” e “continuadores”,² cujas *interações* exigem explorações. No conjunto, as mudanças em direção a modos mais holísticos de pensar sobre os movimentos sugeridas por Mc Adam não foram muito acolhidas por outros autores. A concepção predominante, subjacente a literalmente centenas de estudos recentes sobre os movimentos sociais, permaneceu que os movimentos-no-plural existem ao lado uns dos outros, cada um em sua própria bolha.

Nem sempre foi assim. Um modo mais holístico de pensamento caracterizou inúmeros pensadores do século XIX, inclusive Marx e Engels, von Stein e outros. “O movimento social” era a expressão sumária para variadas formas e manifestações de enfrentamento populares ao desenvolvimento capitalista em curso. Ele incluía, sem tornar-se equivalente, inúmeros movimentos de trabalhadores (BARKER, 2013; COX, 2013). Para Marx e Engels, antagonismos e contradições internas ao movimento social poderiam atrasar o conjunto de seu desenvolvimento. Assim como a escravidão retardou o movimento independente dos trabalhadores nos Estados Unidos, os

2 No original “‘initiator’ and ‘spin-off’ movements” (N. do T.).

preconceitos antiirlandeses dividiram e contiveram tais movimentos na Inglaterra. Neste último caso, a luta de base camponesa pela independência, era, na visão de Marx, o “fermento” que poderia transformar a situação para o “movimento social em geral” (MARX, [1869] 1975). Embora a ideia de considerar “o movimento social” como um todo não seja muito comum hoje ela ainda era moeda corrente nos anos 1960 entre os radicais americanos, os quais regularmente discutiam “o movimento” como uma entidade singular, embora complexa.

II

Considerado como um “todo”, um movimento social pode ser qualquer coisa menos uma entidade *homogênea*. A imagem de uma “rede” é mais adequada do que a de uma “organização” (DIANI, 1992). Assim como uma renda, redes de movimentos podem ter múltiplos padrões; elas consistem em diversos agrupamentos, organizações, indivíduos e assim por diante, entrelaçados de maneira variada em relações de cooperação e (algumas vezes) antagonismo.

Quanto mais heterogêneos os círculos sociais que compõem um movimento, maior a amplitude potencial de temas e preocupações que eles carregam consigo e mais diversas, conseqüentemente, serão as lutas particulares que constituem o movimento. Essa diversidade não significa necessariamente, de modo algum, a divisão do movimento e sua fragilidade, como se poderia imaginar. Como o clássico estudo de Rosa Luxemburg sugere, o movimento de massas na Rússia apresentou demandas “políticas” e “econômicas” e estas, em vez de se oporem umas às outras, foram introduzidas e enriqueceram o movimento como um todo. Diferentes “camadas” de um movimento surgem em diferentes tempos e com interesses imediatos diversos, mas suas varias partes podem mutuamente estimular umas às outras. Se uma seção “avançada” está desafiando politicamente a verdadeira natureza do Estado existente, seções mais “atrasadas” podem ser encorajadas à ação por questões locais ou “econômicas” que providenciam as primeiras experiências da ação coletiva. A

adesão destas últimas pode, por sua vez, aumentar a confiança e a interrelação do movimento como um todo (LUXEMBURG, [1906] 1986).

Entretanto, processos contrários também ocorrem. Um passo atrás de uma seção pode também empurrar outras para trás, gerando um movimento de fragmentação e retiradas. Na Inglaterra, por exemplo, as derrotas vividas pelos gráficos, mineiros e outras categorias nos anos 1980 ainda afetava, uma década depois, a percepção dos ativistas sobre as possibilidades de todo o movimento (BARKER; LAVALETTE, 2002).

Tais pressões contraditórias estão por detrás dos padrões “tipo-onda” aparentes nos estudos de longa duração sobre os movimentos. A evidência destes toma a forma de incrementos e decréscimos em eventos contenciosos, como greves, manifestações e outros, e no número de pessoas envolvidas. Sidney Tarrow e outros chamaram esse padrão de um “ciclo de protestos” (p. ex., TARROW, 1983; 1994). Eles prestam menos atenção para o outro lado disso, ou o que pode ser chamado de “ciclos de contenção” (BARKER; LAVALETTE, 2002). O termo “ciclo” pode ser inapropriado, na medida em que ondas de protesto e suas contrárias parecem não seguir nenhum “padrão cíclico” ou “trajetória econômica” (FRANK; FUENTES, 1994, p. 173-196).

Seriam eles explicáveis em termos de mudanças de “oportunidades políticas” como propuseram proeminentes pesquisadores como Mc Adam e Tarrow? Às vezes, movimentos se desenvolvem em alguns lugares em cenários aparentemente favoráveis, mas às vezes não. Pode o conceito de “oportunidades políticas” explicar o que promove ou inibe a emergência e o desenvolvimento de um movimento?

Considere-se um exemplo: por que houve grandes levantes da militância dos trabalhadores na França e nos Estados Unidos durante a depressão dos anos 1930 mas o mesmo não ocorreu na Inglaterra ou na Alemanha? A resposta de Tarrow é que:

“Foram as oportunidades políticas abertas pela Frente Popular francesa e pelo New Deal americano que causaram a ascensão da insurgência do trabalho em um mercado de trabalho pobre e não o aprofundamento das privações dos trabalhadores ou a ampliação de seus recursos.”
(TARROW, 1994, p. 84.)

Há certo bom senso nessa noção. Entretanto, as oportunidades foram a causa da ascensão? Os riscos de determinismo estrutural, neste caso, são reais. Um olhar mais próximo sugere que dificilmente essas oportunidades teriam sido suficientes. Nos Estados Unidos, por exemplo, a ascensão na militância da classe trabalhadora entre os estivadores da costa Oeste não ocorreu na costa Leste. Como Howard Kimeldorf demonstrou, as diferenças entre os portos nas duas costas desenvolveram-se devido às diferentes estratégias organizativas que os ativistas militantes adotaram. Ativistas em San Francisco produziram um giro sindical militante bem sucedido, radicalizando as estruturas sindicais da *American Federation of Labor* (AFL) enquanto os de New York fracassaram na tentativa de construir sindicatos “vermelhos” independentes (KIMELDORF, 1988). Como se pode ver, oportunidades podem ser tomadas ou perdidas; elas devem ser *percebidas e adotadas*. Estratégia é importante.

A percepção das possibilidades é, em si, um tema para a discussão prática e o debate. Oportunidades políticas devem ser *descobertas* ou mesmo *criadas* por meio da ação coletiva. Ondas de protesto não dependem, simplesmente, de oportunidades “objetivas”, mas da disseminação de percepções partilhadas das possibilidades e dos meios para agarrá-las.

Uma “onda de protesto” é um processo complexo que envolve padrões específicos de interação entre vários atores, entre os quais existe, como Luxemburg insistiu, “ação recíproca”. Uma onda de protestos é um fenômeno *sui generis*, cuja exploração requer sua própria definição e suas próprias ferramentas conceituais específicas. Tomada como um processo em si, uma “onda de protesto” pode ser comparada, de maneira apropriada, apenas com outro fenômeno similar (TARROW, 1983). Além disso, uma onda de protesto é um padrão específico de desenvolvimento de “um movimento como um todo”.

A figura de uma “onda” implica situações ou períodos de “ascensão” e “queda”. Um elemento significativo em tais movimentos diz respeito às estimativas populares de “sucesso” na ação coletiva.

Para que uma onda *ascendente* de protesto se inicie alguns grupos devem possuir a capacidade de quebrar com o que Paul Bagguley denominou de “fatalismo condicional” para revelar novas possibilidades na ação coletiva (BAGGULEY, 1996). Mc Adam sugeriu que os “iniciadores” desencadeiam ondas

ascendentes desenvolvendo novos tipos de táticas, as quais são assumidas e desenvolvidas por outros em movimentos “continuadores”. A condição para esse tipo de “difusão” é que esses continuadores reconheçam algum tipo de parentesco com os iniciadores, um reconhecimento que Mc Adam chamou de “atribuição de similaridade” (MC ADAM, 1995). De certo modo, a mensagem dos iniciadores deve “ecoar” em outros para atraí-los. Assumir táticas dos iniciadores, entretanto, nunca é um processo simples e automático; ele envolve “criação adaptativa” (WOOD, 2012). O sucesso dos iniciadores reside em partilharem uma imagem da ação coletiva como uma “oportunidade” em si, cujas chances de sucesso podem ser mais favoráveis do que se temia anteriormente. Juvenildade e “falta de experiência”, menos carregadas com o peso das derrotas anteriores do movimento, podem frequentemente providenciar os requisitos necessários para lançar a faísca. Hal Draper comentou a respeito das revoltas estudantis de 1964, em Berkeley, que faltava aos estudantes a “sabedoria teórica” que lhes dissesse que não poderiam vencer; certo grau de ingênua inexperiência era como um “escudo e armadura” para sua repentina revolta (DRAPER, 1965).

Uma onda crescente de protestos, sugere Tarrow, envolve taxas crescentes de inovação tática. Na maior parte das vezes, “repertórios de confrontação” do movimento mudam apenas lentamente ao longo do tempo, mas as ondas de protesto oferecem uma exceção. Nelas podemos ver uma forma sucedendo a outra com grande rapidez, novas e velhas formas combinando-se, meios expressivos e instrumentais compondo-se, novos atores entrando em cena e velhos atores adaptando novos meios bem sucedidos. “Ciclos de protesto são os cadinhos nos quais o repertório de ação coletiva se expande” (TARROW, 1989, p. 20). A isso podemos acrescentar que novos elementos em um repertório de confrontação são testados e selecionados durante seu uso e que seus lugares em um repertório mais amplo do movimento são frequentemente objeto de discussão significativa. Debates recentes sobre táticas como “*black blocs*” ou sobre “tomada de decisões por consenso” ilustram este ponto. Questões de adequação estratégica, assim como efeitos morais e estéticos entram nestas disputas, na medida em que os repertórios táticos não são distintos de questões estratégicas mais amplas a respeito dos objetivos e sentidos gerais do movimento.

Uma onda de protesto não se desenvolve apenas “espontaneamente”, como se estivesse em um vácuo social e político, sem encontrar nenhum tipo de resistência. Seus impulsos inovadores vão contra interesses já estabelecidos e maneiras de fazer as coisas. Uma onda de protesto crescente não implica, simplesmente, desafiar as instituições *dominantes* e as regras, mas também estruturas do movimento existentes, bem como as ideias a elas associadas e formas de representação e organização. Práticas estabelecidas, relações e identidades são diversos obstáculos persistentes ao crescimento dos impulsos inovadores dos movimentos.

Este aspecto das ondas de protesto está em grande parte ausente da discussão de Luxemburg sobre a onda de protesto na Rússia. Na Rússia czarista, quase toda oposição institucionalizada “oficial” encontrava-se banida. Não que Luxemburg desconhecesse o problema, mas ela o via apenas na Alemanha. De fato, ela olhou para as forças que viu desencadeadas na Rússia como a solução para os problemas da burocracia e do conservadorismo no movimento operário alemão. “Uma vez que a bola é colocada em movimento”, declarou ela sem rodeios, “a social democracia, queira ou não, nunca poderá fazê-la parar novamente” (LUXEMBURG, [1906] 1986, p. 77). Infelizmente os líderes da socialdemocracia demonstraram forçosamente, na grande onda de protesto que teve lugar ao final da Primeira Guerra, que eles ainda tinham a capacidade de “fazer a bola parar de rolar” –, não apenas para conter e dominar a insurgência popular, fazendo-a ater-se aos incertos limites do capitalismo alemão, como também para desarmá-la perante os nazistas de Hitler (GLUCKSTEIN, 1985; HARMAN, 1997; BROUÉ, 2006).

Assim, uma onda de protesto deve ser entendida, de seus inícios até seu final, como contendo impulsos e forças bastante contraditórias, tanto para o radicalismo como para a moderação, tanto para saltos radicais como para a contenção conservadora. A maneira como essas tendências opostas se desenrolam fornece uma forma geral para o progresso da onda.

Não são apenas as formas internas dos corpos do movimento – o padrão de organização e a maneira como ocorre o processo de tomada de decisões – que formatam o padrão de uma onda de protesto. Também o fazem sua “amplitude social”, o grau no qual seus impulsos estimulam setores maiores ou menores da

população em geral. Hanspieter Kriesi e seus colegas identificaram “ondas de protesto” associadas com “novos movimentos sociais” no começo dos anos 1980 na Alemanha e Holanda. Suas ondas são reais, mas toda a *escala* dos eventos que eles discutem parece pequena quando comparadas com as contemporâneas Revolução Iraniana de 1979 e a ascensão e queda do Solidariedade na Polônia, entre 1980 e 1981. Eles apresentam uma tabela mostrando o “número absoluto de participantes no período da onda em milhares por ano por milhões de habitantes: os dados são de 2,2% da população na Alemanha e de 1,8% da população na Holanda (KRIESI, 1995, p. 115). Dado que essa é a medida do ponto alto dos “novos movimentos sociais”, cuja importância foi tão aclamada, estes parecem café pequeno.

A questão sobre quem e como está envolvido é de vital importância se o impacto de uma onda de protesto é considerado. Ela conduz à atividade coletiva setores inteiros da classe trabalhadora, ou os camponeses, ou os pobres, ou permanece como uma questão de minorias? Mustafa Omar estimou que mais de 20% da população participou das manifestações de janeiro e fevereiro de 2011 que derrubaram Hosni Mubarak no Egito (OMAR, 2012). O destino da ainda inacabada revolução egípcia pode ser determinado pelo grau em que essa grande minoria se tornar uma maioria real.

A amplitude de um movimento social é formatada pela sua capacidade de expressar uma série de necessidades e interesses diferenciados e a maneira como faz isso. Daí a significância, apontada anteriormente, de lutas e demandas tanto “econômicas” como “políticas”. Uma das forças do movimento Solidariedade na Polônia foi que, assim como organizava 80% da força de trabalho empregada, ele também dirigia estudantes, pequenos camponeses, locatários, ecologistas e intelectuais. Um autor descreveu a cena política, no outono de 1980, como “uma orgia de participação”, estendendo-se até a auto-organização das filas nas lojas de alimentos. Uma significativa onda crescente de protesto é capaz – na medida em que é mais do que um fenômeno meramente setorial – de chegar em diferentes partes da população de modos distintos, em tempos variados, para envolvê-las através de uma variedade de formas organizacionais e repertórios de confrontação, acessando todo um caleidoscópio de demandas sociais, vínculos institucionais, capacidades, anseios e perspectivas.

III

Não é de surpreender, dada a sua diferenciação interna e o choque de tendências em seu interior, que as trajetórias das ondas de protestos possuam qualquer forma menos a de uma linha suave de desenvolvimento da oposição. Em vez disso, elas consistem em sequências complexas de avanços e recuos, saltos e momentos de paralisia aparente, expansões e contrações, picos e derrocadas. Todo momento no desenvolvimento de uma onda de protesto envolve uma potencial "encruzilhada na estrada", quando o problema de seu futuro é posto como uma questão ativa. Cada resultado momentâneo depende da interação de forças sociais opostas que estão engajadas na reconfiguração de seus próprios recursos, capacidades e entendimentos. Seu progresso tem a forma de uma "história cheia de acontecimentos" que consiste em múltiplos "pontos de viragem" (SEWELL, 1996; ABBOTT, 1997; BARKER, 2010). Alguns pontos de viragem podem ser importantes apenas para uma pequena parte do movimento, outros podem ser decisivos para o movimento como um todo.

Os resultados desses momentos não são dados de maneira antecipada, mas dependem de quem faz e diz o quê, quem intervém e como, e que impacto suas intervenções virão a ter. Por exemplo, a aplicação pelos poderes constituídos pela força repressiva pode ter efeitos contraditórios. Ela pode deter a trajetória ascendente de um movimento, mas pode também estimular sua expansão. Trotsky sugere que, em um certo estágio, toda revolução requer "o chicote de reação" para avançar: "De fato, toda revolução triunfa apenas através de uma série de reações intermitentes. Ele sempre dá um passo para trás para cada dois passos à frente" (TROTSKY, 2007, p. 592).

Na Praça Tahir, a "Batalha do Camelo" no dia 2 de fevereiro de 2011 empurrou para a frente o movimento para derrubar Hosni Mubarak, enquanto no *Occupy Wall Street* o ataque da polícia com gases contra uma manifestação de mulheres levou mais pessoas às ruas. Do mesmo modo, uma proposta de tática inovadora pode colocar o movimento em um terreno completamente novo. Em janeiro de 1971, Edward Baluka subiu em um galpão pelos portões do estaleiro Szczecin para exortar seus colegas de trabalho não a se manifestarem mais uma vez nas ruas, mas em vez disso a ocupar seu local de trabalho,

colocando assim em marcha desenvolvimento de comitês de greve interfabris (BALUKA; BARKER, 1977).

Em cada grande ou pequena conjuntura a característica do movimento é, de alguma maneira, reconfigurada ou recomposta. Novas formas de aliança ou divisão emergem, e com elas novas constelações de ideias e identidades, novas correlações de forças. Em cada ponto de virada, as diferentes forças sociais envolvidas devem reavaliar suas próprias posições, suas relações com os aliados e oponentes, o que a nova situação significa para suas próprias aspirações, o senso de possibilidades, se seus quadros interpretativos anteriores requerem modificações e de que maneira estas poderiam ocorrer. Trotsky observou que revoluções são muito “prolixas”; assim como Zolberg notou a “torrente de palavras” que acompanhou e orquestrou o Maio de 1968 na França (ZOLBERG, 1971).

Porém, não são apenas revoluções plenamente desenvolvidas e insurgências que demandam e envolvem interações verbais ampliadas. Pois, se atividades rotineiras podem ser realizadas quase sem palavras, períodos de ação inovadora e conflito requerem contínuas conversações ativas entre seus diversos participantes como uma condição inerente para sua realização. Porque novas maneiras de agir requerem *aprendizado* e *testes*, não apenas como “performances”, mas como novas maneiras de relacionar-se com os outros; elas requerem o desenvolvimento de novas capacidades individuais e coletivas. Todas essas questões precisam ser deliberadas assimiladas e ter um valor e um sentido atribuídos.

IV

Uma onda de protesto crescente contém uma variedade de potenciais para seu desenvolvimento e uma variedade de limites potenciais. Aqueles que participam de tais ondas *exploram* as interrelações entre esses potenciais e limites no curso de sua participação ativa, trabalhando com mais ou menos clareza e objetivo para efetuar alguns desses potenciais e para limitar, conter ou reprimir outros.

Ondas de protesto são as formas por meio das quais as possibilidades de grandes transformações sociais e políticas podem ser realizadas. Alessandro

Pizzorno argumenta que necessitamos reconhecer a normalidade do fenômeno das ondas, acrescentando seriamente a advertência que, de outro modo, “a cada novo início de uma onda do conflito seríamos induzidos a pensar que estaríamos no limiar de uma revolução e que quando seu declínio tivesse lugar prognosticaríamos o fim do conflito de classes” (PIZZORNO, 1978, p. 291).

O fim do conflito de classes (ao lado do fim da classe trabalhadora em si) tem sido, é claro, um tema recorrente nas ciências sociais desde os anos 1950 até recentemente, fazendo da advertência de Pizzorno algo muito adequado. A primeira metade dessa proposição, entretanto, parece ser muito dúbia. Pode ser mais útil perguntar, no “início” de uma onda de protesto se ela incorpora a possibilidade da revolução, e que fatores poderiam tornar essa possibilidade mais ou menos provável, ou, ainda, se é realizável ou evitável.

A razão pela qual ondas de protesto sejam entendidas aqui como “momentos” que encarnam a possibilidade de transformações sociais de larga escala é simples: elas envolvem a essência do que Trotsky chamou de uma *situação revolucionária*, ou seja, “a intervenção das massas na vida política”. Não há nada, evidentemente, que possa determinar que tais “intervenções” devam produzir resultados sociais revolucionários, mas elas são o elemento necessário, embora não suficiente, dessa possibilidade.

Talvez uma maneira de pensar sobre um movimento em uma onda de protesto seja vê-lo como engajado em uma busca, ao mesmo tempo prática e teórica, de formas adequadas de confrontação, ideias e organização, em um contexto no qual seus oponentes procuram negar a possibilidade de descobrir respostas adequadas e impor soluções alternativas aos muitos problemas que iniciaram o levante. Esse movimento de procura – um tipo de investigação social prática e coletiva – pode gerar apenas respostas parciais e incompletas antes de deter-se e declinar, perdendo sua capacidade.

Podemos ler os eventos de maio de 1968 na França desse modo: em sua breve e brilhante trajetória, o movimento colocou questões sobre o potencial do controle operário, sobre a reavaliação da educação média e superior, sobre os limites da democracia parlamentar e assim por diante; questões que suas próprias forças eram incapazes de resolver praticamente. Aqueles que procuravam constrangê-las – o Estado gaullista mas igualmente o Parti

Communiste Français (PCF), a liderança da Confédération Générale du Travail (CGT), o Parti Socialiste, etc. – possuíam mais recursos organizados do que tinham o movimento insurgente de base. Mesmo as ocupações nos locais de trabalho, embora numerosas, não avançaram na direção da coordenação independente mútua e, portanto, dos meios através dos quais poderiam deliberar a respeito de seus objetivos e métodos. A máquina do PCF foi o suficientemente forte para mantê-los separados uns dos outros, assim como, reconhecidamente, dos estudantes.

O movimento Solidariedade, de 1980-1981 na Polônia, foi muito mais desenvolvido – e mais durável – que o da França. A coordenação entre os locais de trabalho foi estabelecida já nas primeiras fases do movimento, nos comitês de greve interfábricas de Gdansk, Szczecin, Wrocław e Silésia. No outono de 1980, o movimento estendeu seu alcance a toda a classe trabalhadora polonesa, colocando atrás de si todas as outras formas de grupos oprimidos. Isso gerou seus próprios centros nacionais de discussão, formulando um programa para uma “República Autogovernada” – pressionando para uma completa democratização da vida social, econômica e política da Polônia – que foi aprovado por aclamação em seu primeiro congresso no outono de 1981.³ Nos dias que se sucederam ao Congresso, uma segunda rede regional, baseada em Lodz e Lublin, começou a discutir uma nova onda de “greves ativas”, procurando tomar o controle dos locais de trabalho e dirigi-los por meio do controle democrático (BARKER, 1985; KOLAKOWSKI, 2011). Apesar disso, o solidariedade nunca confrontou adequadamente o problema do *poder político*; sua liderança buscou, até o fim, uma “parceria” com o próprio regime, o qual, quando surgiu a oportunidade, decretou a lei marcial e esmagou o movimento.

Toda onda de protesto historicamente particular tem seu próprio padrão de crescimento, exploração, florescimento e estagnação, cada qual com suas próprias especificidades. Algumas vezes a “estagnação” consequente de um sucesso produz uma reação profundamente conservadora, como na Irlanda por várias décadas depois da independência (COX, 2012). Outras – como na Bolívia no século XXI – um protesto pode estagnar-se temporariamente e, ainda assim,

3 O texto completo do programa foi publicado em inglês em *Labour focus on Eastern Europe*, v. 5, n. 1-2, 1982. Sua força e limites foram discutidos em Barker (1985).

parecer ter o potencial para avançar mais uma vez (WEBBER, 2011; 2012). A vida interna de uma onda de protesto pode ser vista como um tipo de “tentativa de fuga coletiva” das armadilhas do capitalismo, na qual os movimentos tentam várias soluções para os problemas endêmicos da ação coletiva. Movimentos podem reunir forças para superar uma barreira significativa a seu avanço futuro apenas para cair no obstáculo seguinte.

Em seu progresso desigual, os movimentos passam por diferentes “configurações”, articulações de forças sociais que mudam de uma conjuntura para outra. Cada configuração contém certos potenciais para o desenvolvimento, ao lado de certos limites associados.

Nos movimentos, o aprendizado e a busca são conduzidos por meio de *argumentos e deliberação*. Em cada encruzilhada de sua trajetória, diferentes vozes confrontam-se oferecendo análises rivais ou, algumas vezes, mutuamente cooperativas, propostas para avançar no caminho, novas descrições sobre a natureza do movimento e seus dilemas, argumentos estratégicos a respeito das forças e fraquezas dos oponentes. Agrupamentos e instituições – partidos, tendências e outras formações – confrontam-se por “hegemonia” em interações comunicativas contínuas e necessárias, embora muitas vezes exasperadas.

V

Em círculos acadêmicos ocidentais, até muito recentemente, era quase inadmissível pensar da maneira sugerida acima. Movimentos sociais eram compreendidos como sendo muitos e diversos, mas nada os fazia parte de algum tipo de unidade, embora diferenciada. O fim das “classes” e, é claro, da “luta de classes” era amplamente proclamado. O “marxismo” estava exaurido e desacreditado pelo “colapso do comunismo”. “Grandes narrativas” deveriam ser evitadas, assim como todo senso de “totalidade”. Como Goodwin e Hethaland documentaram, até mesmo a palavra “capitalismo” em grande medida desapareceu da literatura ortodoxa sobre movimentos sociais. (GOODWIN; HETLAND, 2013).

O colapso do “comunismo” desorientou muitos na esquerda. Mesmo aqueles socialistas que apreciaram a derrubada popular dos regimes stalinistas

estavam, não obstante, desapontados pela *maneira* como caiu. Em 1980-1981, o Solidariedade polonês ofereceu a esperança de que uma vibrante política da classe trabalhadora poderia promover a destruição do stalinismo, mas em 1989 apresentou um padrão muito diferente. Neste ocorreram “transições negociadas” cujas principais ideias inspiradoras pareciam vir do *liberalismo* em vez do socialismo, e nas quais a ausência da atividade e organização independente da classe trabalhadora era notável. Nada do que ocorreu na Europa Oriental ou na Rússia contradisse a ideia de que a classe trabalhadora, como uma força política transformadora, havia deixado de existir (ver, p. ex. CALLINICOS, 1996).

O que parecia hegemônico se localizava entre o discurso do neoliberalismo ou o do pós-modernismo e a “política de identidade” dos novos movimentos sociais, ou em ambos ao mesmo tempo. A socialdemocracia e os antigos partidos “eurocomunistas” adotaram políticas neoliberais, assim como o governo do CNA na África do Sul a partir de 1996. O “reformismo clássico”, pelos menos em sua forma institucional, parecia finalmente morto.

No entanto, as sementes de novas formas de resistência começaram a brotar, lenta e hesitantemente no início, sinalizando o despertar de um novo movimento que desafiou o capitalismo neoliberal. Uma das características da governança neoliberal foi a difusão de programas de “reestruturação” que colocaram as finanças privadas na direção de governos municipais e nacionais. Desde o começo, no início dos anos 1970, tais reestruturações provocaram resistências, da cidade de New York às grandes áreas do “Terceiro Mundo”. Essas reestruturações frequentemente envolveram grandes aumentos nos preços dos alimentos e dos combustíveis, iniciando uma corrente de assim chamadas “revoltas contra o FMI”, começando com o Peru, em 1976, e estendendo-se na próxima década e meia para os países do Oriente Médio, África, Caribe, Filipinas, América Latina e Europa Oriental.

De maneira geral, essas revoltas – 146 entre 1976 e 1992 – estavam isoladas em países individuais e não possuíam um importante elemento de generalização política (WALTON; SEDDON, 1994, p. 39-40). Entretanto, a partir de 1º de janeiro de 1994 uma nova nota foi ouvida. No próprio dia em que foi inaugurado o North American Free Trade Agreement (Nafta), um pacto tipicamente neoliberal entre os governos do Estados Unidos, Canada e México,

irrompeu o movimento Zapatista em Chiapas. A poética "Primeira Declaração da Selva Lacandona" promoveu uma ligação teórica direta entre a luta de um dos povos indígenas mais pobres do México e a forma de desenvolvimento do capitalismo mundial globalizado. Essa declaração pode ser reivindicada como o manifesto inicial de uma nova e mais ampla onda do movimento, uma inspiração chave para aquilo que se tornou conhecido como o Movimento por Justiça Global.

A partir de meados dos anos 1990, novas alianças internacionais foram formadas abordando e promovendo campanhas contra *desigualdades econômicas gerais*. Ativistas começaram construindo um esboço de movimento global, visando as estruturas do capitalismo contemporâneo, embora com pouca clareza a respeito de quanto deveria mudar e de que maneira. Os atores iniciais eram tanto igrejas e ONGs, quanto grupos da esquerda. Um dos maiores focos, ao lado das ameaças ecológicas, foi o sofrimento dos pobres nos países do Terceiro Mundo. Os alvos incluíram *sweatshops* que produziam para grandes multinacionais, o deslocamento de camponeses, os males do agronegócio, a dívida do Terceiro Mundo, os acordos comerciais injustos, etc. Manifestações foram realizadas do lado de fora das reuniões da cúpula do FMI e do Banco Mundial e novas formações militantes surgiram assumindo o tema da antiglobalização. Essas iniciativas estiveram por detrás da "batalha de Seattle", em novembro de 1999, quando manifestantes de diversas campanhas se uniram para impedir um encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), dando um impulso decisivo ao movimento.

Ainda que o movimento não tenha expressado nenhuma "economia política" amplamente aceita, ele evidenciou a existência de uma amplo público para tal. O movimento não fazia uma distinção nítida entre "reforma" e "revolução", nem a maioria dos aderentes estava ansiosa para diferenciar-se nessas bases. Em vez disso, novas formas de colaboração entre diferentes tipos de atores e diferentes tipos de repertório foram testados. Seattle desafiou diretamente duas ideias sobre os movimentos sociais contemporâneas que antes eram poderosas: que eles não estariam interessados em "grandes narrativas" e que eles estariam focalizados em questões de identidade pessoal e "pós-materialistas". Depois de Seattle, dois slogans rapidamente se tornaram

populares internacionalmente: “Outro Mundo é Possível” e “Nosso Mundo Não Está à Venda”.

O movimento “Justiça Global” reuniu numerosas campanhas e lutas que levantaram reivindicações contra um perceptível inimigo comum – as corporações e as finanças globais. Suas reivindicações eram globais e antissistêmicas (HUMPHRYS, 2010, p. 120). Embora, em cada país em particular, ele tenha envolvido apenas uma pequena minoria da população, Michael Hardt sugeriu que o movimento emergente era diferente: desde 1968, apontou, “as lutas (...) não criavam laços (...) não criavam ciclos”. Depois de 1968, os movimentos haviam perdido um sentido de inimigo comum e uma linguagem comum. Mas agora algo diferente estava emergindo: “é claramente um tipo de ciclo, uma linguagem comum e inimigos comuns estão se desenvolvendo” (HARDT, 2003, p. 129-130).

O movimento expandiu-se ao longo dos continentes reunindo um grande número de manifestantes em encontros políticos oficiais de Praga a Melbourne, de Quebec a Genova. Na Austrália, ao menos, Humphry sugeriu que o movimento havia começado a perder seu rumo no verão de 2001, face a algumas incertezas sobre o que deveria ser feito, além de continuar “saltando de cúpula em cúpula”, uma forma de confrontação restrita a uma minoria de pretensos ativistas.⁴ O advento do Fórum Social Mundial, que se reuniu pela primeira vez em Porto Alegre, em abril de 2001, não mudou esse problema. Alguns apoiadores mais moderados começaram a ficar aterrorizados com o nível de violência policial nas manifestações, notadamente em Genova, em julho de 2001. Em todo caso, as formas existentes do movimento entraram em crise com o ataque às Torres Gêmeas, em setembro deste ano.

Rapidamente, as políticas oficiais foram dominadas pela “guerra ao terror” e o “choque de civilizações. Helena Sheehan, cita Akbar Ahmed:

“O pós-modernismo foi enterrado nos escombros naquele dia fatídico’. Depois do 11 de setembro o discurso público foi dominado por uma grande narrativa espetacular, na verdade, uma grande narrativa do choque das grandes narrativas, um choque mortífero”. (SHEEHAN, 2012).

4 O autor refere-se ao fato de que as manifestações ocorriam, geralmente nas reuniões de cúpula de organismos internacionais como a OMC ou o FMI.

Grande parte da força propulsora saiu do Movimento por Justiça Global. Muitos ativistas nos países avançados focalizaram sua atenção em um crescente movimento contra a guerra, mas este começou a definhir à medida em que os conflitos no Afeganistão e no Iraque se arrastavam. O Fórum Social Mundial atolou-se em problemas quanto a sua natureza e futuro. Os Fóruns Sociais Regionais, na Europa e em outros lugares, também passaram por um pequeno ciclo de expansão, confrontação e declínio. Na Austrália, Humphrys registra que houve algum renascimento do Movimento por Justiça Global por volta de 2006, mas já não envolveu sua ala mais moderada ou “institucional”, as ONGs, igrejas etc.

Poderia parecer que o “anticapitalismo” atingiu um pico e depois declinou. Suas formas de expressão se esgotaram parcialmente. Os problemas que ele apontou ainda existem, mas sua capacidade de mobilizar a resistência aparentemente se enfraqueceu. O início das grandes crises econômicas e financeiras a partir de 2007 transformou parcialmente a cena do movimento mais uma vez, embora não imediatamente. A crise trouxe várias coisas à tona. Os Estados injetaram bilhões nas instituições financeiras subordinando outros interesses sociais ao bem estar delas. Depois de alguns choques, os indivíduos mais ricos e as corporações mais poderosas foram os últimos a serem atingidos pela crise econômica. Para a maioria, entretanto, o neoliberalismo ofereceu a promessa de que suas vidas poderiam ser *piores* do que antes.

“Austeridade” significava que a maioria deveria restringir suas esperanças e expectativas, deveria trabalhar mais duro e mais tempo por menos, deveria aceitar que o futuro de seus filhos fosse menos seguro que o seu próprio. A crise ampliou as desigualdades (cf. MEYERSON, 2012; PETRAS, 2012; SAEZ, 2012). Por várias décadas o programa neoliberal procurou produzir uma força de trabalho que fosse mais capacitada mas com direitos reduzidos, mais produtiva, mais insegura e pior remunerada (cf. HARVEY, 2007; SOTIRIS, 2012). Na crise esses esforços se intensificaram.

A crise desorienta aqueles que estão a ela submetidos. No entre-guerras, o “Grande Crash” aconteceu em 1929, mas levou alguns anos para que ocorresse, na década de 1930, uma onda de protestos no Estados Unidos. Na crise atual não foi até 2010 e 2011 que as reações revelaram o início de uma nova onda

internacional de revolta, com a “Primavera Árabe” providenciando um poderoso impulso que foi rapidamente percebido – sempre de forma desigual e de maneiras condicionadas pelos contextos nacionais – na Europa, na América do Norte e mais além. O “efeito Tahir” estimulou a ocupação da capital do estado de Wisconsin, as ocupações de massas das praças públicas na Grécia e Espanha e os movimentos *Occupy* ao longo dos Estados Unidos e em todo lugar durante 2011. Na Grécia, a ocupação de praças públicas fundiu-se com greves gerais contra a austeridade.

O “anticapitalismo” renasceu, mas com novas formas. Um senso de conexão internacional é muito forte, mas a *coordenação* internacional é muito mais fraca do que nos tempos do Movimento por Justiça Global. Mais importante:

“cada movimento local encontra-se encerrado na luta de sua vida contra seu próprio governo nacional, o qual está forçando níveis de austeridade e cortes sem precedentes. Isso significa que o tempo da luta em cada país é diferente: as derrotas e vitórias, retrocessos e avanços não podem ser medidos em um terreno internacional de maneira tão simples, embora, certamente, uma vitória ou derrota em um país será sentida intensamente em outros” (JONES, 2012).

A crise econômica, parcialmente por conta da escala dos ataques – de Wisconsin a Lisboa, de Atenas a Londres – está, de maneira muito desigual, abalando as estruturas dos “movimentos sindicais”. Por muito tempo, o estudo dos “movimentos sociais” ocorreu de maneira mais ou menos separada dos “movimentos sindicais”, como se fossem dois mundos diferentes. A crise tem provocado algum grau de “concordância” no desenvolvimento dessas “alas” do “movimento social”. A defesa de abordagens mais holísticas dos movimentos sociais está se fortalecendo, não apenas na academia, mas também na imaginação dos ativistas.

Os sindicatos têm oscilado entre as pressões de seus membros para resistir aos ataques e às ainda fortes tendências conservadoras para amortecer a revolta. O desapontamento na Espanha com o recuo dos sindicatos na defesa das aposentadorias, no final de 2010, levou os *Indignados* a banir os símbolos dos sindicatos durante suas ocupações de praças públicas em maio de 2011. Mesmo assim, a militância dos *Indignados* voltou-se para os sindicatos e, em poucos

meses, eles estavam juntos nas manifestações. Na Inglaterra, o que parecia ser uma crescente corrente de resistência sindical foi interrompida pela liderança de alguns dos maiores sindicatos quando estes aceitaram um acordo que piorou muito as futuras pensões de seus membros e cujos efeitos foram sentidos a partir de 2012. Onde os membros dos sindicatos conseguiram obter vitórias significativas, seus sucessos envolveram novos métodos de organização. Os eletricitistas na Grã-Bretanha reviveram as velhas tradições das ações “pela base” e “não-oficiais” para forçar as concessões dos empregadores da construção. E os professores de Chicago reformularam seu sindicato em torno de grandes manifestações e do extensivo apoio da comunidade.

Comparando o presente período com os anos 1930, parece que uma significativa reestruturação da atividade sindical e das formas de organização é um pré-requisito para uma efetiva resistência aos ataques dos Estados e dos empregadores. As rupturas de 1934 e 1936 nos Estados Unidos colocaram o desafio de enfrentamento às práticas sindicais existentes para um grande número de militantes, incrementando principalmente o envolvimento ativo de seus membros (p. ex. DOBBS, 1972; KIMELDORF, 1988; NEWSINGER, 2012). Até o momento, esses desenvolvimentos tem sido muito desiguais. Algumas lideranças sindicais parecem mais preocupadas em excluir novos impulsos do que em defender os membros do sindicato. Na Grécia, o epicentro das lutas europeias contra a “austeridade”, uma série de greves gerais começaram a alterar os padrões de participação:

“Começou a tornar-se claro que em toda greve geral as pessoas se lembravam cada vez mais dos modos de organização, o que não visto na Grécia desde 1970. Houve reuniões de massas nos locais de trabalho, nas quais comitês de greve foram eleitos, houve piquetes nos lugares onde a greve não atingiu 100%, e as manifestações tornaram-se mais radicais naquilo que estavam exigindo, no que gritavam e nas maneiras que enfrentavam a violência policial” (GARGANAS, 2012).

Outro elemento importante nos movimentos contemporâneos dos países capitalistas avançados envolve os jovens (estudantes, recém formados, trabalhadores precários, etc.), os quais forneceram muita da energia e criatividade nesses movimentos, como nos *Indignados* de 2011 e nos

movimentos *Occupy*. Sozinhos eles não podem transformar a sociedade, mas podem fornecer impulsos transformadores a um movimento mais amplo na medida em que experimentam novos repertórios de confrontação e organização. O slogan do *Occupy Wall Street* no outono de 2011 – “Nós somos os 99%” –, ressoou em milhões, apesar das próprias ocupações terem sido derrotadas pela polícia e o frio do inverno. *Occupy* reintroduziu um discurso de classe no debate político americano. Ele conseguiu o apoio dos trabalhadores sindicalizados e ativistas das comunidades, apesar de muitos deles não saberem bem o que fazer com o movimento. Entretanto, seus experimentos com a tomada de decisões por “consenso”, embora amplamente divulgadas na época, fracassaram. Nem os estudantes do Chile, nem os do Quebec, nem os professores de Chicago usaram esse método; muito embora seu sucesso residisse no uso extensivo de grandes manifestações, eles *votavam*.

Ainda assim, o slogan do *Occupy* apresentava *o sistema* – seja lá como fosse concebido – e suas crescentes desigualdades como o problema central da época. Uma década atrás, o Movimento por Justiça Global – o qual foi chamado por Naomi Klein de “movimento dos movimentos” (KLEIN, 2001a e 2001b) – opôs-se às injustiças, mas especialmente às injustiças sofridas por *outras pessoas em outros países*. Em contraste, o slogan “nós somos os 99%” diz respeito às próprias pessoas que o entoam.⁵

VI

O maior problema não está em formular slogans, mas em torná-los realidade. “Nós somos os 99%” é uma ideia brilhante, mas a maior parte dessa grande maioria não está, neste momento, envolvida na ação coletiva nos Estados Unidos, na Inglaterra e em muitos outros países. Esse fato é o problema estratégico central que o movimento enfrenta. Por outro lado, dado que na Inglaterra a maior parte da austeridade planejada pelo governo ainda não foi implementada, o espaço para a oposição crescer é, provavelmente, grande.

5 Ver, por exemplo, <http://wearethe99percent.tumblr.com/>, onde manifestantes mostram cartazes feitos a mão que explicam porque eles são, individualmente, parte dos 99%.

Em importantes aspectos, o avanço do movimento como um todo depende de sua extensão e reconfiguração em torno de temas e públicos para os quais os repertórios existentes – de confrontação, capacidades dos ativistas, filiações políticas e formas organizacionais – não se adequam.

As pressões da crise atual e os ataques contínuos por parte das classes dominantes provavelmente trarão esses problemas à tona. Diferentes “alas” do movimento se desenvolvem com tempos distintos, a partir de diferentes tradições e com recursos variáveis. O sucesso, entretanto, é mais provável quando as diferentes alas encontram meios de combinar-se. Como a Primavera Árabe pode nos lembrar, foi a *combinação* de gigantescas manifestações públicas com crescentes ondas de greves que derrubaram Ben Ali e Mubarak. Tais combinações, é claro, dependem de um complexo intercâmbio de ideias e impulsos entre diferentes setores do movimento, nos quais diferentes forças sociais podem promover a catálise de outras (ou, igualmente, aparecer como impedimento).

A literatura existente nas ciências sociais dedicou alguma atenção aos processos e canais pelos quais táticas e ideais específicas são “difundidas” de um contexto para outro (p. ex. MCADAM, 1995; WOOD, 2012). Apesar dos autores enfatizarem que tal difusão envolve “apropriação criativa”, eles tendem a assumir que os lugares de “emissão” e “recepção” são relativamente parecidos. Tem havido menos discussão sobre as relações entre os diferentes grandes setores do movimento – estudantes e trabalhadores, por exemplo, ou trabalhadores e camponeses. Apesar disso, parece que no interior do conjunto de um movimento, impulsos de inspiração e desmotivação podem ser transmitidos mesmo quando os repertórios táticos de expressão e atuação são diferentes.

Tudo isso apresenta questões interessantes sobre os processos de aprendizagem e criatividade nos movimentos. Um movimento como um todo é mutável em suas formas. Sua composição social é muito variável, abrangendo setores com diferentes capacidades, tempos de desenvolvimento, relações particulares com seus oponentes, interesses e preocupações e diversas formas, já constituídas de organização, cultura, repertórios, etc. O todo é, assim, formado por um conjunto de subsistemas, cada qual, por sua vez, diferenciado e mutável

em sua composição social, experiências de vida relações sociais internas, padrões de antagonismo e cooperação, e assim por diante.

Apesar disso, ou talvez precisamente por meio dessa verdadeira diferenciação, é possível traçar e discernir padrões de aprendizagem que se reforçam mutuamente, como “partes” de um mesmo movimento. Esse processo mútuo de aprendizagem pode ser visto funcionando em uma direção, no mundo capitalista avançado, no período depois de meados dos anos 1970, quando os impulsos de 1968 decaíram, os movimentos de baixo perderam ímpeto e sofreram derrotas significativas, promovendo descrença nas possibilidades de transformações em larga escala e enfraquecendo os impulsos de solidariedade. Esse padrão de recuo e descrença refletiu-se ideologicamente em teorizações a respeito da separação dos “movimentos”. Parte do interesse do presente período é a redescoberta parcial e desigual de um sentido partilhado do “movimento como um todo”, o qual ainda enfrenta toda uma série de problemas para definir-se, bem como definir seus antagonistas e as tarefas possíveis.

Sugeri anteriormente que os movimentos se engajam em um tipo de atividade de busca, procurando e testando formas adequadas de organização, de comunicação interna e tomada de decisões, formas coletivas de ação e assim por diante. Ao longo do tempo podemos ver um movimento, considerado dessa maneira, movendo-se através de uma sequências de formas, usando métodos de tentativa e erro para testá-las e respondendo aos impulsos estimulados pelas formas de atividade de seus próprios oponentes.

Na medida em que é razoável fazer questões sobre o desenvolvimento de um “movimento como um todo” – e eu estou ciente de que isso é uma empreitada arriscada – parte de seu desenvolvimento atual consiste, provavelmente, em processos de “aprendizado do movimento”.

Como as pessoas chegam a reconhecer e agir sobre novas possibilidades de ação? Ines Langemeyer e Morten Nissen sugerem que isso envolve, também, “uma nova maneira de perceber coisas e condições”: “o processo de atividade pessoal generaliza-se e sua compreensão torna-se mais rica, recontextualizando a própria subjetividade. Os indivíduos (sujeitos) ganham a capacidade de reconhecer sua própria atividade” (LANGEMEYER; NISSEN, 2005, p. 193)

Recontextualização significa ver as condições circundantes e a si próprio de uma maneira diferente e situá-las diferentemente em relação ao restante da experiência. O aprendizado do movimento sobre novas possibilidades de ação envolve uma operação conceitual, uma “nova teorização”. Tais mudanças dependem das relações dos grupos e indivíduos com outros, envolvendo um tipo de conversação contínua sobre o mundo e suas possibilidades, para produzir novas fontes culturais (as quais incluem as novas generalizações mencionadas) e um espaço para a reflexividade tanto coletiva como individual (*idem*, p. 193). Interrogar-se sobre que está envolvido nisso é uma forma de teorização prática, focalizada em algumas questões clássicas: *o que está acontecendo? Quem são eles, o que estão fazendo e por que? Quem somos e o que vamos fazer a respeito? Que poderes possuímos para agir e o que devemos esperar dessa ação?* Nos movimentos, a validade de novas maneiras de pensar é testada na experiência prática de seus membros.

Situações de crise estão mais propensas a provocar esse repensar e essa reorganização. Omar Lizandro e Michael Strand apresentam algumas hipóteses sugestivas:

“[Nós deveríamos] começar a conceitualizar dois tipos de facetas – sequencialmente ordenadas – de períodos nos quais os andaimes culturais externalizados para a ação são quebrados: períodos ‘precoces’, nos quais os atores ainda tentam implementar velhas estratégias habituais de ação em contextos objetivos que não são mais favoráveis para elas, e reconhecimentos reflexivos ‘tardios’ de que esses andaimes já estão, de fato, quebrados, que desencadeiam a busca consciente por novos modelos (...). Só quando submetidos a um período bastante prolongado de negações e ‘falência’ de suas previsões eles poderão abrir-se a modificações e possíveis reformulações” (LIZARDO; STARND, 2009, p. 220).

Eles tem em mente o que Swidler chamou por “contextos de alta ideologia”, quando andaimes culturais para a ação velhos e naturalizados são questionados ou explicitamente desafiados pelos membros dos grupos de oposição (*idem, ibidem*). É em períodos “instáveis”, quando as pessoas cronicamente experimentam contínuas negações de suas previsões práticas precedentes, ou “*habitus*”.

Negações das previsões são, é claro, uma coisa, mas a resolução bem sucedida das contradições em tais situações é algo bem diferente. Em um extremo, podemos apenas lembrar dos casos discutidos por Edward Thompson, como parte da economia moral da multidão, quando as pessoas que enfrentavam a fome extrema não se rebelavam ou protestavam, mas silenciosamente definhavam até morrer. As pessoas podem enfrentar barreiras à ação coletiva, podem ser aprisionadas pela rotina ou serem tão bem organizadas que tornam seu grupo relativamente imune a impulsos externos (COLLINS, 1996). Algum grau de abertura para o questionamento e inovação de ideias e práticas é um pré-requisito para um novo aprendizado. É necessário um grau de experimentação com as ideias recebidas e certo distanciamento crítico com relação às rotinas e relações aceitas para um grupo ser capaz de oferecer uma nova conceitualização da própria condição e sua relação com ela. Por outro lado, alguma confiança mútua é necessária para as pessoas experimentarem certas ideias semiformadas, ou, o que Vološinov chamou de “ideologemas”, de modo a explorar as possibilidades inerentes a uma situação mutável e para procurar o apoio coletivo requerido para confirmá-las e desenvolvê-las (VOLOŠINOV, 1986).

Além de abordar o *conteúdo* da aprendizagem nos movimentos, boa parte da atenção tem se dirigido para o estudo das questões referentes às táticas, ou repertórios de contenção, mas devemos estar igualmente atentos às formas de generalização e especificação teóricas, à identificação de potenciais aliados e adversários, ao desenvolvimento de identidades coletivas e individuais, e outras maneiras referentes ao “enquadramento” de situações e das possibilidades de ação. O verdadeiro sentido de ser parte de “um movimento” é uma realização aprendida coletivamente que implica uma visão do mundo mais ou menos móvel e aberta à transformação. Somente nesse sentido, ligado de alguma maneira à “libertação cognitiva” de McAdam, os indivíduos e grupos desenvolvem a capacidade de farejar os pontos fortes e fracos dos adversários e, assim, as “oportunidades” para a ação coletiva.

Quanto à forma como um movimento aprende, o resumo de Trotsky sobre os processos de aprendizagem em massa no curso da revolução de 1917 oferece uma ideia útil: a revolução começou, ele sugere, pelo “método das aproximações sucessivas”. A nova teorização e reorganização procedem por meio de “tentativa

e erro”, em processos em curso, por vezes ferozmente ativos, de contestação e exploração dialógica. No refazer do mundo possível, cada um deve necessariamente, nas palavras de Gramsci, tornar-se “um filósofo”.

Referências bibliográficas

- ABBOTT, Andrew. On the concept of turning point. *Comparative Social Research*, n. 16, p. 85-105, 1997.
- BAGGULEY, Paul. The moral economy of anti-poll tax protest. In: BARKER, C.; KENNEDY, P. (eds.). *To Make Another World: Studies in protest and collective action*. Aldershot: Avebury, 1996, p. 7-24.
- BARKER, Colin. Poland 1980-1981: the Self-Limiting Revolution. In: BARKER, C. (ed.). *Revolutionary Rehearsals*. London: Bookmarks, 1985.
- _____. Crises and turning points in revolutionary development: emotion, organization and strategy in Solidarnosc, 1980-81. *Interface*, v. 2, n. 1, p. 79-117, 2010.
- _____. Class struggle and social movements. In: BARKER, C.; COX, L.; KRINSKY, J.; NILSEN, A. (eds.). *Marxism and Social Movements* Leiden: Brill, 2013.
- BARKER, Colin; DALE, Gareth. Protest Waves in Western Europe: A critique of “New Social Movement” Theory. *Critical Sociology*, v. 24, n. 1/2, p. 65-104, 1998.
- BARKER, Colin; LAVALETTE, Michael. Strategizing and the Sense of Context: Reflections on the First Two Weeks of the Liverpool Docks Dispute, September-October 1995. In: MEYER, D. S.; WHITTIER, N.; ROBNETT, B. (eds.). *Social Movements: Identity, Culture and the State*. New York: Oxford University Press, 2002, p. 140-156.
- BALUKA, Edmund; BARKER, Ewa. Workers' struggles in Poland. *International Socialism* (first series), n. 94, p. 19-25, 1977.
- BROUÉ, Pierre. *The German Revolution, 1917-1923*, London: Merlin, 2006.
- CALLINICOS, Alex. Whither Marxism. *Economic and Political Weekly*, v. XXXI, n. 4, p. PE9-PE18, 27 Jan. 1996.
- COLLINS, Chik. The pragmatics of emancipation: A critical review of the work of Michael Huspek. *Journal of Pragmatics*, v. 25, n. 6, p. 791-817, Jun. 1996.

- COX, Laurence. Gramsci in Mayo: a Marxist perspective on social movements in Ireland. Paper presented at 17th International Conference on Alternative Futures and Popular Protest, Manchester Metropolitan University, Apr. 2012.
- _____. Laurence. Eppur si muove: thinking “the social movement”. BARKER, C.; COX, L.; KRINSKY, J.; NILSEN, A. (eds.). *Marxism and Social Movements* Leiden: Brill, 2013.
- DIANI, Mario. The concept of a social movement. *Sociological Review*, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.
- DOBBS, Farrell. *Teamster rebellion*. New York: Monad Press, 1972.
- DRAPER, Hal. *Berkeley: The New Student Revolt*. New York: Grove Press, 1965.
- FRANK, Andre Gunder; FUENTES, Marta. On Studying the Cycles in Social Movements. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, v. 17, p. 173-196, 1994.
- GARGANAS, Panos. Interview: Greece – the struggle radicalizes. *International Socialism*, n. 134, p. 9-19, 2012.
- GLUCKSTEIN, Donny. *The Western Soviets: Workers' Councils versus Parliament 1915-1920*. London: Bookmarks, 1985.
- GOODWIN, Jeff; HETLAND, Gabriel. The Strange Disappearance of Capitalism from Social Movement Studies. In: BARKER, C.; COX, L.; KRINSKY, J.; NILSEN, A. (eds.). *Marxism and Social Movements* Leiden: Brill, 2013.
- HARDT, Michael. An Interview with Michael Hardt. *Historical Materialism*, v. 11, n. 3, p 121-152, 2003.
- HARMAN, Chris. *The Lost Revolution: Germany 1918 to 1923*. London: Bookmarks, 1982.
- HARVEY, David. *A Brief History of Neo-Liberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- HUMPHRYS, Elizabeth. *From offence to defence: The Australian Global Justice Movement and the impact of 9/11*. University of Technology – MA Thesis. Sydney, 2010.
- JONES, Jonny. The shock of the new: anti-capitalism and the crisis. *International Socialism*, n. 134, 2012.
- KIMELDORF, Howard. *Reds or Rackets? The Making of Radical and Conservative Unions on the Waterfront*. Berkeley: University of California Press, 1988.

- KOLAKOWSKI, Zbigniew Marcin. Give us back our factories! Between resisting exploitation and the struggle for workers' power in Poland, 1944-1981. In: NESS, I.; AZZELLINI, D. (eds.). *Ours To Master and To Own: Workers' Control from the Commune to the Present*. Chicago: Haymarket, 2011.
- KLEIN, Naomi. *No Logo*. London: Fourth Estate, 2001a.
- _____. Naomi. Interview. Quebec City, April 2001b. Disponível em: http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/pdf/int_naomiklein.pdf
- KRIESI, Hanspieter; KOOPMANS, Ruud; DUYVENDAK, Jan Willem; GUIGNI, Marco G. *New Social Movements in Western Europe: A Comparative Analysis*. London: UCL Press, 1995.
- LANGEMEYER, Ines; NISSEN, Morten. Activity Theory. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. *Research methods in the social sciences*. London: SAGE, 2005, p. 188-196.
- LIZARDO, Omar; STRAND, Michael. Skills, toolkits, contexts and institutions: Clarifying the relationship between different approaches to cognition in cultural sociology. *Poetics*, n. 38, p. 204-227, 2010.
- LUXEMBURG, Rosa. *The Mass Strike, the Political Party and the Trade Unions*, London: Bookmarks, [1906] 1986.
- MARX, Karl 1869, 'Letter from Marx to Engels In Manchester December 10, 1869.' Pp. 231-33 In: MARX, K.; ENGELS, F. *Selected Correspondence*: edited by S. Ryazanskaya. Moscow: Progress, p. 231-233, [1869] 1975.
- MC ADAM, Doug. *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. 2 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- _____. Doug. "Initiator" and "Spin-off" Movements: Diffusion Processes in Protest Cycles. In: TRAUGOTT, M. (ed.). *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Duke: Duke University Press, 1995.
- MEYERSON, Harold. The rich are different; they get richer. *Washington Post*, 27 Mar. 2012.
- NEWSINGER, John. *Fighting Back. The American Working Class in the 1930s*, London: Bookmarks, 2012.
- OMAR, Mustafa. The spring of the Egyptian revolution' *International Socialist Review*, n. 77, May-Jun. 2011.
- PETRAS, James. The "Global Crises of Capitalism"; Whose Crises, Who Profits? *Information Clearing House*, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/1w6hniX>

- PIZZORNO, Alessandro. Political exchange and collective identity in industrial conflict. CROUCH, C.; PIZZORNO, A. (eds.). *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe since 1968*. London: Macmillan, 1978, v. 2.
- SAEZ, Emmanuel. Striking it Richer: The Evolution of Top Incomes in the United States (Updated with 2009 and 2010 estimates). Mar. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/1nkImWs>
- SEWELL, William. Historical events as transformations of structures: Inventing revolution at the Bastille. *Theory and Society*, n. 25, p. 841-881, 1996.
- SHEEHAN, Helena. Is History A Coherent Story? *Critical Legal Thinking*, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/1vrmyeK>
- SOTIRIS, Panagiotis,. The December 2008 Greek Youth Rebellion and subsequent waves of social unrest in Greece. 2012. *The future lasts a long time*. Disponível em: <http://bit.ly/1scFBpd>
- TARROW, Sidney. Struggling to Reform: Social Movements and Policy Change During Cycles of Protest. *Western Societies Paper n. 15*, Cornell, 1983.
- _____. *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- TROTSKY, Leon. *The History of the Russian Revolution*. Chicago, Haymarket, 2007.
- VOLOŠINOV, V N. 1986, *Marxism and the Theory of Language*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986.
- WALTON, John A; SEDDON, David. *Free Markets and Food Riots: The Politics of Global Adjustment*. Oxford: Blackwell, 1994.
- WEBBER, Jeffrey R. *From Rebellion to Reform in Bolivia: Class Struggle, Indigenous Liberation, and the Politics of Evo Morales*. Chicago: Haymarket, 2011.
- _____. *Red October: Left-Indigenous Struggles in Modern Bolivia*. Chicago: Haymarket, 2012.
- WOOD, Lesley. *Direct Action, Deliberation, and Diffusion: Collective Action after the WTO Protests in Seattle*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- ZOLBERG, Aristide R. Moments of Madness. *Politics and Society*, v. 2, p 183-207, 1971.